



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”

ATA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA,
DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA,
**REALIZADA NO DIA 31 DE AGOSTO DE
2021.**

Às quinze horas do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e um, através do sistema eletrônico de videoconferência da Assembleia Legislativa da Paraíba, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para apurar, debater e indicar políticas públicas de enfrentamento à homofobia na Paraíba. Sob a Presidência da Deputada Estela Bezerra, que iniciou cumprimentando todos os presentes, determinou a realização de um minuto de silêncio pelas vítimas da COVID-19. Presente os Deputados Anderson Monteiro e Doutor Érico. A Presidenta cumprimentou todos os presentes, convidou o Deputado Doutor Érico para secretariar os trabalhos, e informou que o objetivo é aprovar um plano de trabalho e definir as organizações que devem comparecer às oitavas. O Deputado Doutor Érico realizou a leitura do Edital de Convocação. A Presidenta informou que incluiu o plano de trabalho, que é a proposta de uma agenda, e pediu que os deputados que fazem parte da CPI possam disponibilizar o nome de assessores para trabalhar os documentos que precisam, e que criou um grupo com os assessores Arthur, Cinara e Priscila, que estão sistematizando o trabalho. Informou que os contatos também podem ser encaminhados para a Servidora Carol que acompanha a CPI, para montar o grupo que inclui também a representação da parte técnica e assessoria jurídica da secretaria legislativa.

Pedi para apresentar documento, e afirmou que tem doze semanas até o dia vinte e sete de novembro, e propõe a realização de vinte oitivas, com quatro blocos, sendo os serviços, gerências, secretarias e judiciário. Passando a leitura do plano de trabalho, disse que o objetivo é ouvir as instâncias do poder público, e que em relação ao executivo seria os serviços, gerências e secretarias, e o Poder Judiciário, por se tratar de crime, para poder compreender como é que os crimes que têm requintes de ódio são tratados. Falou que os crimes contra a população LGBT, os crimes que são ditos de homofobia para a população transexual, são crimes com requintes de crueldades, bastantes significativos e acontecem sempre da mesma maneira, com muita intolerância, e pega vários aspectos da política pública, desde a cultura até o sistema prisional. Informou que deve ser ouvido o Centro de Referência de João Pessoa, que é o serviço que recebe primeiramente a pessoa que tem violação de direitos, que existe desde 2011, e o centro de referência de Campina Grande, afirmando os dois são fundamentais, porque dará uma visão do que é o fluxo e de qual é a qualidade e as condições em que as pessoas passam por essas situações de privação de cidadania e de direitos. Afirmou que também deve ser ouvido a delegacia dos crimes homofóbicos, e informou que existe apenas uma Delegacia de Crimes Homofóbicos, que muitos crimes que não são caracterizados como tais, porque não existe uma tipologia que como o feminicídio. Afirmou que será ouvido o Hospital de Trauma de João Pessoa, Hospital de Trauma de Campina Grande, Hospital Clementino Fraga, local que funciona o Centro de Referência para a População Trans, Gerencia Executiva de Proteção Social, Gerência Executiva dos Direitos Sexuais, que es ligada a Secretaria da Mulher e da Diversidade, Gerência Executiva de Vigilância Sócio Existencial, Gerência de DSTAs que também trata com a população trans e a população LGBT, Gerência Executiva de Diversidade e Inclusão, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Delegacia Geral, Secretária da Mulher e do Desenvolvimento Humano, Secretário de Desenvolvimento Humano, Secretário de Defesa Civil, e Secretário de Defesa Social. Informou que vai fazer a metodologia da assistência da porta de entrada até o responsável pela execução do orçamento e da política pública, e que também devem ser ouvidos a Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação. Falou que tão importante enquanto conhecer os nomes é conhecer o tipo de discriminação que não permite que essas pessoas tenham

à vida tranqüila, um desenvolvimento social, econômico e acesso à cidadania como qualquer um ser humano precisa ter a garantia dos seus direitos humanos. Mencionou a possibilidade de execução em três cenários, o primeiro composto por um bloco de oitivas a cada três semanas totalizando cinco blocos, o segundo por duas oitivas por semana e o terceiro com sete oitivas no mês, sugeriu a aprovação do primeiro cenário e conforme aja necessidade ocorrerá o aumento na quantidade de oitivas. Afirmou que antes da primeira oitiva a comissão deve se reunir a fim de se preparar. A Senhora Presidente Estela Bezerra agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a sessão. Lavrando a presente Ata, os redatores Paulo Fernandes da Silva e Karla Georgea Castro Silva, Assistentes Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Sessões, João Pessoa, 31 de Agosto de 2021.



DEP. ESTELA BEZERRA

Presidenta